



Projeto Mário Travassos

Resenha Crítica

**Governança e Gestão: Necessidade de interação entre os Centros de Gestão,
Contabilidade e Finanças do Exército e os Comandos Militares de Área**

**Ten Cel Fabio de MOURA Sousa
(Opinião de inteira responsabilidade do autor)**

2024

Introdução

O artigo "Governança e Gestão: Necessidade de Interação entre os Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército e os Comandos Militares de Área", de autoria do Cel Int Francisco Andrade Maciel Júnior e do Maj Int Carlos Eduardo Pacheco Filho, publicado na Revista da Secretaria de Economia e Finanças - O Gestor Militar em dezembro de 2023, aborda a importância da parceria entre os Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx) e os Comandos Militares de Área (C Mil A) para uma gestão organizacional efetiva no Exército Brasileiro (EB). Este tema é de relevante importância na administração pública, devido à crescente demanda da sociedade por serviços públicos eficientes e transparentes.

Discussão e análise crítica do assunto

O artigo inicia contextualizando as recentes mudanças na administração pública brasileira, destacando a crescente importância de conceitos como gestão de riscos, transparência e *accountability*. Os autores abordam os esforços do EB para racionalizar sua gestão administrativa e aprimorar o Sistema de Controle Interno (SisCIEEx) desde 2014, destacando a criação de estruturas como as Bases Administrativas, os Grupos de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos (GCALC) e o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), vinculado à Controladoria-Geral da União (CGU), para melhorar a eficiência e a transparência.

Os autores apresentam de forma detalhada as iniciativas do EB para fomentar a cultura da governança, especialmente em um cenário de restrições orçamentárias, como a realização pelo CCIEEx de auditorias, avaliações de risco e implementação de medidas para assegurar a boa utilização dos recursos públicos; a adoção do Plano de Auditoria Interna (PAINT) para registrar as atividades prioritárias de Auditoria Interna Governamental (AIG) a serem executadas pelo CCIEEx e pelos CGCFEx; e monitoramento da execução orçamentária pelas Unidades Gestoras (UG), com apoio dos CGCFEx, conforme determinado na Diretriz Especial de Economia e Finanças do Comandante do Exército para o biênio 2023/2024.

Os autores enfatizam, ainda, o compromisso do EB com a boa utilização dos recursos públicos, mencionando a implementação da Política de Governança do Exército Brasileiro em 2020 que, em conformidade com o Decreto nº 9.203/2017, delinea princípios e objetivos para aprimorar as estruturas e os mecanismos de governança e gestão.

Um ponto forte do artigo é a clara distinção que faz entre as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) e de gestão (planejar, executar, controlar, avaliar e aperfeiçoar), ressaltando a necessidade de segregação entre elas para melhorar o monitoramento e aperfeiçoamento da condução de políticas públicas, garantindo que as ações planejadas alcancem seus objetivos de forma transparente e eficiente.

Os autores descrevem, de forma bem elaborada, a estrutura e as competências dos CGCFEx e dos C Mil A, fornecendo uma compreensão clara de suas funções e responsabilidades.

Um aspecto particularmente relevante abordado no artigo é a necessidade de um trabalho conjunto entre os CGCFEx e os C Mil A no acompanhamento e avaliação da execução orçamentária das Unidades Gestoras Apoiadas (UGA) e Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS). Os autores argumentam convincentemente que essa parceria pode potencializar as boas práticas de governança e gestão no EB.

Contudo, o artigo poderia ter explorado mais profundamente os desafios práticos para implementar essa parceria, bem como apresentar exemplos concretos de como essa interação tem funcionado ou poderia funcionar na prática. Além disso, uma análise comparativa com práticas de governança em outras forças armadas ou instituições públicas poderia enriquecer a discussão.

Embora o artigo não detalhe esses desafios, é possível inferir que a preservação da independência dos CGCFEx, a definição clara de papéis, a comunicação efetiva e o alinhamento de competências são aspectos críticos que precisam ser endereçados para fortalecer a interação entre essas entidades e aprimorar a governança e o controle interno no Exército Brasileiro.

Apesar dessas limitações, o artigo oferece uma contribuição significativa ao debate sobre governança e gestão no setor público, especificamente no contexto militar. Ele destaca a importância da sinergia entre diferentes órgãos para alcançar uma gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, um tema de grande relevância no cenário atual de restrições orçamentárias.

Para efetivar a interação entre os Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx) e os Comandos Militares de Área (C Mil A) no monitoramento dos trabalhos de auditoria e atendimento às recomendações, algumas soluções práticas podem ser adotadas:

- Realizar reuniões regulares entre os CGCFEx e os C Mil A para acompanhar o andamento das auditorias e o atendimento às recomendações pelas Organizações Militares (OM);
- Estabelecer um processo de monitoramento conjunto no Sistema de Auditoria (SIAUD), com acesso e acompanhamento pelos CGCFEx e C Mil A, definindo indicadores de desempenho para acompanhar o atendimento tempestivo às recomendações;
- Exigir que cada OM elabore um Plano de Ação detalhado para atendimento às recomendações dos CGCFEx, devendo conter prazos, responsáveis e evidências de implementação, sendo acompanhado regularmente pelos CGCFEx e C Mil A;
- Promover capacitações conjuntas entre os CGCFEx e C Mil A sobre boas práticas de auditoria, gestão de riscos e atendimento a recomendações, alinhando entendimentos e procedimentos para uma atuação coordenada no monitoramento; e
- Estabelecer um processo de reporte periódico aos escalões superiores (Comando do Exército, SEF e CCIEx) sobre o andamento das auditorias e atendimento às recomendações, evidenciando os principais desafios e soluções adotadas.

Essa abordagem estruturada, com reuniões regulares, acompanhamento conjunto, documentação adequada, capacitações e reporte aos níveis superiores, fortalecer a interação entre CGCFEx e C Mil A, permitindo que os CGCFEx e C Mil A atuem de forma integrada e eficiente no monitoramento do atendimento às recomendações de auditoria pelas UGA/OMDS. Isso contribui para o aprimoramento contínuo da gestão e governança no Exército Brasileiro.

Conclusão

O artigo cumpre seu objetivo de ressaltar a importância da interação entre os CGCFEx e os C Mil A para uma gestão organizacional efetiva no EB. A descrição detalhada das políticas e estruturas institucionais oferece uma visão compreensiva das iniciativas de governança no Exército Brasileiro. Contudo, uma análise mais crítica e a inclusão de exemplos práticos enriqueceriam a discussão e forneceriam uma perspectiva mais completa sobre a aplicação dessas políticas na prática.

Em suma, o artigo é uma contribuição valiosa para o entendimento da governança e gestão no contexto militar brasileiro, destacando os avanços e desafios na busca por uma administração pública mais eficiente e transparente e apresenta uma análise bem fundamentada e estruturada sobre a necessidade de interação entre os CGCFEx e os C Mil A, fornecendo insights valiosos para profissionais e pesquisadores interessados em governança e gestão no setor público militar.

Referências

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm>. Acesso em: 08 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Portaria nº 295-EME, de 17 de dezembro de 2014. Aprova a Diretriz de Racionalização Administrativa do Exército Brasileiro (EB20D- 01.016). Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_e_exercito/port_n_295_eme_17dez2014_republica%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 08 jul. 2024.

_____. EXÉRCITO BRASILEIRO. COMANDANTE DO EXÉRCITO. Portaria - C Ex nº 987, de 18 de setembro de 2020. Institui a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007). Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/05_politicas/port_n_987_cmdo_eb_18set2020.html>. Acesso em: 08 jul. 2024.

_____. EXÉRCITO BRASILEIRO. COMANDANTE DO EXÉRCITO. Portaria - C Ex nº 2.151, de 21 de dezembro de 2023. Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2023 (EB10-P-13.001), 6ª edição, 2023. Disponível em: < www.cciex.eb.mil.br/images/PAINT/PAINT2024.pdf >. Acesso em: 13 ago. 2023.

_____. EXÉRCITO BRASILEIRO. COMANDANTE DO EXÉRCITO. Diretriz Especial de Economia e Finanças do Comandante do Exército 2023/2024, 1a. Ed, fev. 2023a. Disponível em: <<http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/diretriz-do-comandante-do-exercito/96diretriz-cmt-eb-2>>. Acesso em: 08 jul. 2024.